

PRINCIPAIS FEITOS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA URBANA EUROPEIA

A assinatura, no próximo dia 30 de novembro da Renovação da Carta de Leipzig é um novo escalão na trajetória que, desde o ano 2000 vem a percorrer a UE e da qual estes são os principais feitos:

- **Lille, programa de Ação (2000).** Este programa, também chamado “Programa plurianual de cooperação em assuntos urbanos dentro da União Europeia” pretendia que os Estados membros pudessem trabalhar juntos para desenvolver uma abordagem comum criando um quadro de referência partilhado e permanente em questões urbanas que permitisse ajudar os Estados membros a dar forma aos objetivos europeus para fazer frente aos desafios das cidades.
- **Rotterdam, *Cities Empower Europe* (2004).** Nesta ocasião, os Ministros responsáveis de política urbana adotaram um conjunto de princípios comuns que sustentam políticas bem-sucedidas e uma abordagem mais coerente da política urbana.
- **Acordo de Bristol (2005).** Contribui com uma definição comum sobre as comunidades sustentáveis na Europa.
- **Carta de Leipzig sobre cidades europeias sustentáveis (2007).** Estabelece uma estratégia comum de regeneração urbana, definindo como critérios para a sustentabilidade das cidades um bom nível económico e de emprego, a integração social, os bons serviços e ligações, o respeito pelo ambiente, um desenho adequado e uma verdadeira participação da cidadania nas decisões públicas.
- **Declarações de Marselha e Quadro Europeu de Referência para a Cidade Sustentável (2008).** Documentos que confirmam o estabelecido na Carta de Leipzig e que incorporam a preocupação e importância das alterações climáticas.
- **Declaração de Toledo sobre a regeneração urbana integrada (2010).** Contribui com um importante potencial estratégico para um desenvolvimento urbano mais inteligente, sustentável e socialmente inclusivo na Europa. É considerada o a antessala da atual Agenda Urbana Europeia.
- **Agenda Territorial 2020 (2011).** Instrumento orientador das políticas territoriais da União; constitui um amplo acordo em matéria de coesão territorial aprovado com o apoio do Comité das Regiões e a Comissão Europeia. Pretendia modificar a Política de Coesão para acrescentar a dimensão territorial às já consolidadas dimensões social e económica.
- **Declaração de Riga pela construção da Agenda Urbana para a UE e reconhecimento do papel das pequenas e médias cidades (2015).** Fixa os princípios e elementos essenciais da Agenda Urbana, reconhecendo também que se tratava de uma das prioridades comuns europeias.
- **Pacto de Amsterdão que dá origem à Agenda Urbana da UE (2016).** Ponto de partida da Agenda Urbana da UE, estabelece um processo continuado de trabalho que pretende ser um conjunto coerente de ações promovidas pelos atores chave, destinadas a desenvolver o potencial pleno das zonas urbanas e promover o seu contributo para a consecução dos objetivos comuns da UE.
- **Declaração de Bucareste (2019).** Instrumento intermédio entre a Agenda Urbana e a nova Carta

Nota de Imprensa

Despiece 1



de Leipzig, que reconhece as rápidas transformações que está a viver a Europa devido, essencialmente, às dinâmicas globais, a revolução digital, as alterações climáticas e o desafio demográfico.

Mais informação: https://ec.europa.eu/regional_policy/es/policy/themes/urban-development/

https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/urban-development/